

VALORIZAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS INDÍGENAS: O CASO DA SEMANA DOS POVOS INDÍGENAS

VERAS, M.F.P.; MOREIRA, E.B.
E-mail: marcos.veras@unievangelica.edu.br

RESUMO

A Semana dos Povos Indígenas, realizada anualmente na Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA), visa uma conscientização da comunidade acadêmica da valorização da diversidade étnica em nosso país, bem como a integração dos acadêmicos indígenas e reflexões sobre seus direitos e deveres. Dessa forma, por meio de atividades esportivas comuns aos grupos étnicos indígenas brasileiros, exposições, grafismos indígenas em pinturas corporais, roda de conversas, visitas orientadas ao Espaço Sociocultural e Linguístico UniETHNOS, gastronomia indígena e desfile dos indígenas representando suas etnias, pretende-se alcançar os objetivos mencionados. Portanto, tal evento tem promovido um olhar mais respeitoso para as diferenças culturais encontradas nas populações indígenas, além de promover interação dos acadêmicos com os acadêmicos delas provenientes conhecendo suas trajetórias e lutas.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas educacionais. Protagonismo indígena. Diversidade cultural.

ABSTRACT

Indigenous Peoples' Week, held annually at the Evangelical University of Goiás (UniEVANGÉLICA), aims to raise awareness among the academic community of the importance of ethnic diversity in our country, as well as integrating indigenous students and reflecting on their rights and duties. In this way, through sports activities common to Brazilian indigenous ethnic groups, exhibitions, indigenous graphics in body paintings, conversation circles, guided visits to the UniETHNOS Sociocultural and Linguistic Space, indigenous cuisine, a parade of indigenous people representing their ethnicities, the aim is to achieve the objectives mentioned above. Therefore, this event has promoted a more respectful look at the cultural differences found in indigenous populations, as well as promoting interaction between academics and those who come from them, getting to know their trajectories and struggles.

KEY WORDS: Educational policies. Indigenous protagonism. Cultural diversity.

INTRODUÇÃO

A formação sociocultural histórica brasileira é uma das mais ricas, em virtude do encontro intercultural de diferentes povos, histórias e tradições. Importante mencionar que essa história começa bem antes do século XVI, com a chegada dos colonizadores europeus, quando diversos grupos étnicos acionavam estratégias próprias de organização desse espaço. E evidentemente, para

atingir seus objetivos, o empreendimento colonial fez uso dos recursos que estava a sua disposição, promovendo violência, imposição, processos de desigualdades simbólicas.

Diante do exposto, as populações originárias foram submetidas aos discursos de dominação, próprio dos empreendimentos coloniais em todo o mundo (SAID, 2011), sendo associados a estereótipos negativos de inferioridade. Há a necessidade de uma gradativa desconstrução, com vistas a reconhecer o valor de suas histórias e tradições, atribuindo status de protagonistas da história do Brasil (ALMEIDA, 2010; CARNEIRO DA CUNHA, 2012).

Uma das formas de contribuir com mudanças nos preconceitos históricos é dando visibilidade aos saberes tradicionais indígenas no ensino superior. Dessa forma, surgiu a Semana dos Povos Indígenas da Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA), um evento que acontece anualmente, em meados do mês de abril. O seu propósito é contribuir na construção de um novo olhar sobre as populações originárias, com mais respeito e valorização de seu legado histórico.

Tal iniciativa está alinhada com as orientações do indicador 2.4 do Instrumento de Avaliação do Sistema Nacional da Educação Superior (BRASIL, 2017), da Lei nº 11.645/08 sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (BRASIL, 2008) e Parecer CNE no 3/2004 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2004). Todas fazem parte de políticas públicas sociais vigentes de compensação dos preconceitos históricos contra as populações originárias do nosso país. Logo, a presença de projetos de educação para as relações étnico-raciais curriculares e extracurriculares é uma prerrogativa das Instituições de Ensino Superior (IES).

De acordo com Araújo (2018), tais políticas educacionais têm contribuído para a valorização da pluralidade étnica, combate ao preconceito e promoção da dignidade às minorias, na medida em que abrem espaço conhecer suas versões do processo de formação do Brasil. Candau (2004) corrobora mencionando a necessidade questionar uma postura de silenciamento sobre a estrutura de desigualdades que mantem hierarquias.

METODOLOGIA

Um de seus princípios metodológicos mais significativos é que os alunos indígenas são os grandes protagonistas. Desde a escolha das atividades, que ocorrem seis meses antes, sob a coordenação do Núcleo de Estudos sobre Culturas e Etnodesenvolvimento (NECE), até sua execução ao longo da programação, são os representantes das populações originárias que dão o tom, o que

contribui com a integração acadêmica dos discentes. No processo de organização, há o convite para a participação de estudantes, docentes e técnicos administrativos interessados. Nesse sentido, há uma metodologia ativa onde os participantes aprendem fazendo, com boas perspectivas de alcance dos objetivos.

No processo de preparação do evento, há uma tendência de envolvimento dos cursos dos alunos indígenas e de áreas das atividades realizadas, contribuindo bastante para a integração acadêmica. Também são convidadas instituições parceiras que trabalham com populações indígenas no Brasil, bem como o departamento de eventos da UniEVANGÉLICA para pensar a logística e detalhes de cenário. Uma vez discutida a proposta do evento, a coordenação acadêmica do NECE encaminha o pedido para a Reitoria, que por sua vez encaminha para a Associação Educativa Evangélica (AEE), sua mantenedora institucional.

O evento atualmente é multisituado, tendo sua última edição ocorrida entre os dias 15 e 19 de abril de 2024 nos municípios goianos de Anápolis, Ceres, Senador Canedo e Jaraguá, todos campi da UniEVANGÉLICA. Tendo se estendido ainda para a Faculdade Evangélica de Goianésia (FACEG) e Faculdade Evangélica Raízes, também no município de Anápolis. Sempre ocorre durante toda a semana do dia 19 de abril, dia dos povos indígenas. Toda a programação é gratuita e aberta a interessados da comunidade dos locais do evento. Os alunos indígenas se dividem para atender todos os locais mencionados, compartilhando seus saberes tradicionais e suscitando interesse e valorização.

RELATO DE EXPERIÊNCIA E RESULTADOS

A abertura do evento foi um dos momentos mais expressivos, em torno do qual houve uma ideia de gerar expectativa para os dias seguintes. Com a presença dos alunos indígenas, ocorreu uma cerimônia relativamente informal, aproximando-se assim o máximo possível do modelo de reunião na maioria das comunidades indígenas. O local escolhido foi Anápolis, onde fica a sede da UniEVANGÉLICA, numa área gramada ampla de convivência onde foi montado um cenário com duas tendas, contendo vários cenários em seu interior para as atividades realizadas.

O evento iniciou próximo do intervalo das aulas no campus com músicas na língua Terena para atrair a comunidade acadêmica e interessados. Prosseguiu com breves pronunciamentos sobre a sua relevância, seguido de um desfile de alguns alunos com trajes culturais expressando sua alteridade indígena e, à medida que passavam, havia uma menção ao seu grupo étnico, com a

localização, língua falado e contingente populacional. Foi um momento bem significativo de expressão de pertencimento étnico e valorização da diversidade cultural indígena brasileira.

Após esse momento um pouco mais formal, os presentes puderam conhecer comidas e bebidas típicas indígenas, tais como peixe moqueado, beiju, hi-hi e caxiri de abacaxi, preparados pelos alunos do curso de gastronomia, com receitas totalmente conduzidas pelos indígenas. Além disso, havia uma exposição de artesanatos, inclusive com um óculo em 3D em que a pessoa poderia fazer um passeio em uma comunidade indígena. Ao mesmo tempo que as alunas indígenas faziam pinturas corporais nos interessados, usando tinta nanquim de cor preta e vermelha, em forma de grafismos, gesto que representa apoio às suas lutas históricas. Houve ainda os jogos tradicionais indígenas, em que os presentes tiveram a experiência de participar de práticas esportivas comuns entre os povos indígenas, tais como, corrida de tora, cabo de guerra, arco e fecha e zarabatana (arma usada para abater pequenos animais na floresta).

Nos demais dias, no campus Anápolis, houve a participação dos alunos indígenas em aulas do curso de direito, assim como uma roda de conversa sobre saúde mental entre os indígenas com alunos de psicologia, nutrição e direito, bem como visita ao Espaço Sociocultural e Linguístico UniETHNOS, localizado na biblioteca central do campus. Nos demais locais já mencionados, houve música indígena, pinturas, roda de conversa sobre direitos indígenas e jogos tradicionais indígenas na FACEG.

Embora sejam momentos de atestar o preconceito histórico, na visível expressão de discordância ou desvalorização de alguns presentes, inclusive com comentários negativos ao evento, a reflexão despertada na maioria das pessoas demonstra a sua importância. Mesmo quem reage com hostilidade, acaba seja levado a questionar seus pressupostos, resultantes da formação histórica brasileira fundamentada na legitimação de desigualdades. Inclusive, em uma das turmas onde os alunos indígenas participaram da aula, alguns presentes emitiram sons preconceituosos, demonstrando o grau de ignorância ainda presente no ensino superior.

Contudo, a maior parte das pessoas que participaram das atividades avaliaram de forma positiva a iniciativa, destacando, especialmente o seu caráter informativo ou formativo, tendo em vista que ainda há muita desinformação sobre o assunto. Inevitavelmente, os processos históricos já mencionados, geraram silenciamentos e invisibilidade, fazendo com que as populações indígenas não tivessem a oportunidade de participar das narrativas históricas com sua própria versão, gerando relatos e noções negativas e estereotipadas.

Tais oportunidades são momentos de demonstração de que ainda há tempo de escutar dos próprios indígenas a sua versão da história, de conhecer e valorizar seus saberes tradicionais que tanto contribuíram e ainda contribuem com a ciência. Apesar de todos que ainda insistem em reproduzir os preconceitos históricos, originados de formações ideológicas de dominação da cultura imperialista hegemônica (SAID, 2011), as populações indígenas reivindicam o direito de desconstruir as representações coloniais de si, com a valorização de sua própria subjetividade (SPIVAK, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização dessa atividade extracurricular extensionista tem se tornado um importante marco de educação para as relações étnico-raciais na instituição promotora. É possível perceber sua importância para os alunos indígenas serem integrados à comunidade acadêmica, assim como sua contribuição para gerar atitudes mais respeitadas e valorativas em relação aos povos indígenas brasileiros. Mesmo com reações adversas isoladas, que manifestam o longo caminho a percorrer, o evento tem alcançado seus objetivos de contribuir em mudanças estruturais lentas e gradativas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio incontestável da Reitoria da UniEVANGÉLICA, por meio do Programa UniMISSÕES/NECE e da Associação Educativa Evangélica pelos recursos destinados para viabilização dessa atividade extracurricular extensionista.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marcos. Políticas de ações afirmativas, políticas curriculares e currículo. In: ECHTERHOFF, Gisele et al (Orgs). **Direitos humanos e relações interétnicas**. Curitiba: IESDE Brasil, 2018.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. São Paulo: Editora FGV, 2010.

BRASIL. **A Lei nº 11.645/08, de 10 de março de 2008**, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em 15 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em 13 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e Externa – Credenciamento**. Brasília, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_credenciamento.pdf
Acesso em 13 mar. 2023.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Introdução a uma história indígena. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010